



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 2 de agosto de 2011

JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO	
EDITORIAL	2
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
ZFM	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Julho	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Pesquisa	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Celulares	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Custo & Benefícios	7
ECONOMIA	
A CRITICA	
Sim & Não	8
OPINIÃO	
A CRITICA	
Produção de Tablets	9
ECONOMIA	
A CRITICA	
Automóveis	10
ECONOMIA	
A CRITICA	
ADIN de 2008	11
ECONOMIA	
A CRITICA	
Política Industrial	12
ECONOMIA	
A CRITICA	
Brasil e Argentina	13
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Tablets	14
CAPA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Contexto	15
OPINIÃO	
AMAZONAS EM TEMPO	
Câmeras digitais ganham reforço no polo industrial	16
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Aplausos	17
APLAUSO	

AMAZONAS EM TEMPO	
Estaleiros em feira internacional.....	18
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Claro & Escuro.....	19
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Brasileiras estão exportando menos, indica estudo da CNI	20
ECONOMIA	

CAPA

Acordo trabalhista visto com cautela por empresas

Empresário diz que faturamento elevado do PIM contribui para reivindicações maiores

Os representantes industriais do Amazonas agem com cautela na hora de elaborar um acordo com as classes trabalhistas, levando em conta o risco de a elaboração da PDC (Política de Desenvolvimento da Competitividade) não atender as solicitações amazonenses, aliado à Reforma Tributária e MP (Medida Provisória) dos tablets, que retira as vantagens comparativas da ZFM (Zona Franca de Manaus). Segundo o presidente do Sinmen/AM (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Eletrônicos de Manaus), Athaydes Félix, as previsões para o faturamento de US\$ 40 bilhões 'tapam os olhos' do setor. "Muitos só veem os dólares, e esquecem de verificar qual a taxa de conversão atual", pondera. Félix explica que a demora acontece porque é necessário haver condições diferenciadas para as pequenas empresas, "principalmente quando as componentistas já sofrem com a concorrência chinesa e, algumas vezes, são obrigadas a equiparar seus preços". O único acordo com os metalúrgicos foi estabelecido pela Moto Honda, na tentativa de impedir a realização de mais uma paralisação nesta semana.

EDITORIAL

Pacote pode sair hoje com desonerações para a indústria

O governo federal pode anunciar nesta terça-feira (2/8) um novo pacote de medidas que promete turbinar a nova política industrial brasileira. A ideia central da equipe econômica da presidenta Dilma Rousseff é baixar a carga tributária de alguns setores da

economia, em especial o de informática e automotivo.

O programa, denominado Brasil Maior, também tem como objetivo ampliar investimentos públicos e privados em pesquisa e desenvolvimento para 0,9% do PIB do país até dezembro de 2014. No item inovação consta ainda a elevação em 50% do número de micro e pequenas empresas inovadoras.

Outro foco do programa é preocupação com a invasão dos importados e com as exportações centradas em commodities, setores onde o governo também deverá estabelecer como meta a redução em

40% do déficit comercial em produtos industrializados. O que indica que vai haver novas desonerações.

É bom, portanto, desde logo o governo do Amazonas ficar atento, uma vez que o setor de informática está especialmente destacado nesse novo pacote econômico e, como é de praxe, toda vez que se baixa carga tributária no âmbito federal a Zona Franca de Manaus sofre consequências danosas à sua competitividade.

Não custa lembrar que a atual equipe econômica tem demonstrado interesse descabido em promover incentivos que beneficiem os Estados do Centro-Sul.

ZFM

Greve e medidas do governo fragilizam PIM

Diante do incremento de custos e da perda de vantagens comparativas, indústria já revê para baixo projeções de faturamento

POR LUANA GOMES

Com o risco da elaboração da PDC (Política de Desenvolvimento da Competitividade) não atender as solicitações amazonenses, aliado à Reforma Tributária e à MP (Medida Provisória) dos tablets, que retira as vantagens comparativas da ZFM (Zona Franca de Manaus), os representantes industriais do Amazonas agem com cautela na hora de elaborar um acordo com as classes trabalhistas.

Segundo o presidente do Sinmen (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Eletrônicos de Manaus), Athaydes Félix, as previsões para o faturamento de US\$ 40 bilhões "tampam os olhos" do setor. "Muitos só veem os dólares, e esquecem de verificar qual a taxa de conversão atual", ponderou.

Sem consenso

Embora o presidente do Sinaees/AM (Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletroeletrônicos e Similares de Manaus) e do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco, tenha declarado que no início desta semana haveria um consenso entre as propostas dos empresários e da classe trabalhista, ainda não se chegou a um acordo.

Félix explica que a demora acontece porque é necessário haver condições

diferenciadas para as pequenas empresas, "principalmente quando as componentistas já sofrem com a concorrência chinesa e, algumas vezes, são obrigadas a equiparar seus preços".

Mesmo com a publicação da MP do dólar, vista com bons olhos pelo setor industrial, o presidente da Aficam (Associação das Indústrias e Empresas de Serviços do Polo),

Polo mantém expectativa de que a Política de Desenvolvimento da Competitividade, a ser anunciada hoje, não mine, mais uma vez, sua competitividade

Cristóvão Marques, argumenta que a medida não deverá resolver os problemas do segmento no Amazonas. "Essa MP é para quem investe em ações e não gera nenhum emprego", salientou.

Em declaração anterior ao *Jornal do Commercio*, o próprio vice-presidente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Nelson Azevedo, avaliou que, apesar de representar uma esperança para o setor produtivo, era preciso analisá-la com prudência e esperar os resultados.

Por dentro

Honda entra em acordo para evitar nova paralisação

Em virtude da Moto Honda da Amazônia ser responsável por uma fatia de 11,70% das cifras de exportação do Estado (US\$ 416,65 milhões), segundo dados do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), o único acordo com os metalúrgicos foi estabelecido pela própria empresa, na tentativa de impedir a realização de mais uma paralisação nesta semana, segundo o funcionário e também diretor do Sindmetal/AM (Sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Amazonas), Sidney Oliveira.

O representante detalha que haverá um reajuste de 9,5%. Mesmo tendo assegurado que os funcionários só voltariam ao trabalho com um acordo a partir de 10%, Oliveira comenta que o valor foi acatado devido à inclusão do abono salarial na ordem de 6,5%.

1% de acréscimo

É quanto deve ser repassado ao consumidor, caso o "o custo da mão de obra" acabe sendo reajustado em 10%, segundo o presidente do Sinmen, Athaydes Félix. "É necessário repassar este custo de forma imediata", frisou.

Julho

Balança comercial brasileira tem saldo positivo de US\$ 3.1 bilhões

A balança comercial brasileira registrou saldo positivo de US\$ 3.135 bilhões em julho. Esse valor é 29,2% menor do que o registrado em junho, quando o superavit foi de US\$ 4.430 bilhões.

A divulgação foi feita ontem pelo Mdic (Ministério

do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

No período, as exportações somaram US\$ 22.252 bilhões, com média diária de US\$ 1.059 bilhão. Já as importações totalizaram US\$ 19.117 bilhões e diariamente foram comprados US\$ 910 milhões.

De janeiro a julho, o Brasil acumula resultado positivo de US\$ 16.101 bilhões, saldo 74,4% maior que o verificado no mesmo período de 2010.

No ano, o país vendeu para o exterior US\$ 140.555 bilhões e importou US\$ 124.454 bilhões.

Pesquisa

Redução de pedidos e no nível de emprego pioram desempenho da indústria

O desempenho geral da indústria voltou a piorar em julho, aponta o Índice Gerente de Compras (PMI, na sigla em inglês) HSBC. O indicador registrou 47,8 pontos, ante 49 em junho, e atingiu a maior deterioração nas condições gerais de negócios do setor desde maio de 2009. O resultado do PMI em julho já considera a retirada dos efeitos sazonais. O índice obedece a uma escala de 0 a 100 pontos, sendo 50 a linha

divisória entre crescimento e queda da atividade, e resulta da compilação das respostas a questionários enviados a 400 empresas locais. As quedas registradas na carteira de novos pedidos e do nível de emprego estão entre os principais responsáveis pela redução da produção industrial em julho. Os novos pedidos, que já haviam fechado junho em queda (47,2 pontos), encerraram julho com 45,9 pontos. O nível de

emprego atingiu 49 pontos, ante 49,7 pontos em junho. Com isso, a produção industrial caiu pela segunda vez consecutiva, passando de 48,8 pontos em junho para 46,6 pontos em julho.

“De modo geral, os entrevistados atribuíram a redução na entrada de novos trabalhos ao enfraquecimento da demanda global e às condições frágeis do mercado”, observou o economista-chefe do HSBC Bank Brasil, res-

ponsável pela PMI no país, André Loes. Além disso, muitas empresas também sugeriram que as taxas de câmbio desfavoráveis contribuíram para o baixo volume de pedidos para exportação durante o período da pesquisa.

Menos exportações

O índice de pedidos de exportações atingiu 47,4 pontos em julho, a mesma pontuação de junho. Foi o quarto

mês consecutivo do indicador abaixo dos 50 pontos. Os pedidos em atraso atingiram 45,9 pontos em julho, ante 47,2 em junho. O índice de estoque de bens finais cresceu em julho, atingindo 50,4 pontos, ante 50,1 em junho.

O índice de preços de bens finais também cresceu em julho (50,8 pontos) ante junho (50,5 pontos). Há 22 meses a inflação vem aumentando na indústria. A alta está relacionada ao aumento dos pre-

ços dos insumos, tendência que, de acordo com o PMI, vem desde fevereiro - atingiu 53,4 pontos em julho, depois de chegar aos 55,3 pontos no mês de junho.

Celulares

Foxconn quer usar mais robôs na fabricação

Proposta foi adotada após alto índice de questões trabalhistas, greves e suicídios criarem problemas para a empresa

A Foxconn, maior fabricante mundial terceirizada de celulares, responsável por montar os aparelhos da Apple na China, planeja utilizar mais robôs, podendo chegar a 1 milhão deles nos próximos três anos, buscando driblar o aumento de custos com mão de obra.

A decisão da Foxconn destaca a tendência crescente de automação na indústria chinesa, à medida que questões trabalhistas como grandes greves e suicídios de operários surgem para criar problemas em empresas de setores que vão de automóveis à tecnologia.

Fabricantes terceirizados como a Foxconn, que também tem entre seus clientes Dell, Hewlett-Packard e Nokia, estão transferindo parte da produção das cidades costeiras para o interior da China ou outros mercados emergentes.

Essas empresas também estão elevando investimento em pesquisa e desenvolvimento para ampliar a margem de lucro.

"Os salários dos trabalhadores vêm crescendo tão rápido que algumas empresas já não suportam", disse Dan Bin, administrador de fundos na Eastern Bay Investment Management, de Shenzhen.

"A automação é a tendência geral em muitos se-

tores da economia chinesa, como o eletrônico. Algumas empresas também podem considerar transferir suas linhas de produção ao exterior, mas isso é mais fácil de falar do que de fazer, já que a cadeia de suprimento está aqui", acrescentou.

Segundo o jornal China Business News de ontem, Terry Gou, presidente do conselho da Foxconn, teria declarado que a empresa planeja ter 1 milhão de robôs em operação nas suas

linhas de montagem em três anos, ante os 10 mil em uso atualmente e expectativa de 300 mil no ano que vem.

Em comunicado, a Foxconn afirmou que Gou havia informado aos funcionários da empresa em Longhua, na China, que planejava transferir mais de 1 milhão de empregados para funções mais complexas, retirando-os das tarefas manufatureiras básicas.

Custo & Benefícios



MARCO DASSORI

Dia 'D' para o mundo e para o PIM

Em vários sentidos, esta terça-feira pode ser considerada um "Dia D" para economia em todos os níveis: internacional, nacional e estadual. No plano global, encerra-se hoje o prazo para mudança sobre o teto da dívida soberana dos EUA. No momento em que escrevo estas linhas, o panorama ainda estava indefinido, enquanto o mundo –aparentemente o mais interessado em um desfecho positivo– aguardava apreensivo por um desfecho da 'novela'.

O projeto anunciado no domingo, 31 de agosto, pelo presidente Barack Obama foi

aprovado ontem à noite pela Câmara. O acordo prevê a elevação do teto da dívida em US\$ 2,4 trilhões. Em troca, o governo Obama se compromete com cortes orçamentários de até US\$ 4 trilhões até 2022. Até o fechamento desta edição, a previsão é que o Senado deveria votá-lo de madrugada. Hoje, é o prazo final para aprovar a lei.

Ninguém é capaz de prever com exatidão em que implicaria um eventual calote dos EUA, a maior economia do planeta. Sabe-se que seus desdobramentos seriam nefastos para o resto do mundo, ameaçado de uma crise de maiores proporções da que estourou com a quebra do Lehman Brothers, em setembro de 2008.

Lembremos que, além do peso econômico do mercado norte-americano, e da eventualidade de uma quebra de sistema no setor bancário pela volatilidade das dívidas atreladas em dólar, todas as transações comerciais no

globo são lastreadas pela moeda do Tio Sam.

Diante de um panorama mundial marcado, por um lado, pela estagnação das economias centrais de um lado e, do outro, pela desaceleração dos emergentes em função de po-

Hoje, encerra o prazo para mudança no teto da dívida dos EUA, mesmo dia em que será anunciada a política Industrial do Governo Dilma

líticas para contenção de demanda e inflação, está armado o cenário para a contagem regressiva do apocalipse, caso o bom senso não prevaleça sobre os interesses políticos, algo invulgar no Brasil. Esperemos que, pelo menos neste caso, os gringos nos ensinem uma lição.

À espera da política Industrial

No âmbito nacional, teremos a divulgação da famigerada política industrial gestada pelo governo federal nos últimos meses. Desde já, uma questão posta na mesa, mas ainda não confirmada, pelo menos para a totalidade da indústria, é a desoneração da folha de trabalho. Esperança do patronato, a idéia é fortemente rejeitada pelas centrais sindicais, que se queixam de terem sido ouvidas só na reta final –mais precisamente, ontem, em reunião com a presidente Dilma Rousseff.

Além disso, do pouco que foi divulgado até então, por fontes preferencialmente anônimas, especula-se que dois segmentos industriais serão fortemente afetados: o automobilístico e o de tecnologia de informação. A despeito da falta de informações, lembremos que

veio justamente do pólo de informática, um dos maiores calvários sofridos pela ZFM (Zona Franca de Manaus) neste ano: a famigerada MP dos Tablets. O temor das lideranças do PIM e do governo do Estado –cuja participação nos debates para o projeto foi rejeitada pelo Planalto– é que o diferencial da região seja mais uma vez ignorado por Brasília, de olho em 'vantagens eleitorais' para 2012 em detrimento das combatidas vantagens comparativas da ZFM.

Vale lembrar que, se o objetivo é elevar as exportações, mediante ao aumento do valor agregado aos produtos vendidos ao estrangeiro, estamos na contramão dessa corrente. O PIM é tradicionalmente voltado para o mercado interno e marcado pela alta taxa de importação de insumos, principalmente em tempos de dólar em baixa.

MARCO DASSORI é editor no Jornal do Commercio.

Sim & Não

Dilma abre o diálogo e faz promessas

A presidente Dilma Rousseff (PT) finalmente abriu um canal de diálogo com o Governo do Amazonas poucas horas antes do anúncio da nova política industrial do Governo Federal. Ontem, ela conversou com o governador Omar Aziz (PMN) garantindo que a MP dos *Tablets* terá mudanças para que a produção de monitores de LCD e de telefones celulares no PIM não seja prejudicada. Dilma agendou uma reunião amanhã com Omar Aziz para discutir outros temas.

Restrições As restrições prometidas pela presidente Dilma se referem às dimensões dos *Tablets* que serão produzidos no Brasil. Eles terão de ficar entre 144 e 600 centímetros quadrados.

PIS/Cofins Entre as demonstrações de “compromisso” com o Amazonas que a presidente Dilma prometeu dar estaria a garantia de criação de vantagens para o PIM em relação à desoneração da PIS e Cofins.

Consulta Coincidência ou não, ontem, o senador Eduardo Braga (PMDB) criticou, em discurso na tribuna do Senado, a forma como o Governo Federal costurou a nova política industrial que será anunciada

hoje em Brasília.

Será? Braga disse que após seu discurso, os ministros Aloízio Mercadante (Ciência e Tecnologia) e Fernando Pimentel (Indústria e Comércio) pediram ao peemedebista que enviasse suas propostas para os técnicos do Governo Federal avaliarem se elas poderiam ser incluídas no texto que será apresentado hoje.

Ausência E apesar das promessas de Dilma, o governador Omar Aziz (PMN) decidiu manter a discrição e não deverá participar do lançamento da nova política industrial.

Túmulo E a semana será mesmo agitada para os

Produção de Tablets

Ministro anuncia benefícios a Manaus

Duas emendas para garantir a competitividade do Polo Industrial de Manaus (PIM) na produção de tablets foram asseguradas pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante. Ele telefonou ontem para o governador Omar Aziz para assegurar também que as emendas à Medida Provisória 534 impeçam que outros produtos do PIM sejam prejudicados.

Menos de uma semana depois de protocolar no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), contra o Decreto 57.144 do Governo de São Paulo, que concede incentivo fiscal à produção de tablets naquele Estado, o Governo do Amazonas recebe a notícia que pode representar avanços na briga para que o PIM não seja prejudicado pela MP 534, conhecida como a MP dos tablets.

AS EMENDAS

A primeira emenda é a que prevê a desoneração do PIS e Cofins; e a segunda é a que delimita as dimensões dos tablets a serem produzidos que devem ser de 140cm² até 600cm². No texto original da MP 534, estas especificações não existiam, o que abria sérios precedentes de alguma fábrica em qualquer lugar do Brasil produzir tablets com dimensões muito parecidas com as de aparelhos celulares ou até de monitores LCD.

As duas emendas também estão inseridas no Plano de Política Industrial do Governo Federal que será anunciado oficialmente hoje. A presidente Dilma Rousseff teria agendado audiência com o governador Omar Aziz para amanhã, em Brasília.

No dia em que deu entrada na Adin contra o Decreto do Governo Paulista, Omar Aziz também conversou com o presidente do STF, ministro Cezar Peluso, e explicou a ele os sérios impactos que o Decreto acarretaria à competitividade do modelo Zona Franca de Manaus e à geração de emprego e renda no Amazonas.

Manaus, terça-feira, 2 de agosto de 2011.

Automóveis

JAC Motors terá fábrica no País

Montadora investirá R\$ 900 milhões na planta. Local do empreendimento ainda não foi definido

SÃO PAULO (FOLHAPRESS) - A montadora chinesa JAC Motors anunciou a construção de uma fábrica no País, com investimentos de US\$ 600 milhões - pouco mais de R\$ 900 milhões - e capacidade de produção de

100 mil unidades por ano. O local ainda não foi definido, mas a planta deve começar a operar em 2014, em dois turnos, gerando 3.500 empregos diretos.

A intenção de ter uma montadora no País foi divulgada pe-

lo vice-presidente mundial da companhia, Dai Maofang, mas o grupo SHC, de Habib, será majoritário na composição societária - o percentual não foi revelado. "Vamos estudar várias formas de financiamento. O BN-

DES com certeza é uma opção", disse o empresário, responsável também por trazer ao País a francesa Citroën.

Segundo Sergio Habib, importador da marca, a escolha do local vai ser influenciada por

Busca rápida



Planos ambiciosos para o País

Hoje, a marca tem 50 lojas no País, e a previsão é atingir 80 até o final deste ano. A empresa quer 3% do mercado brasileiro até 2013. A montadora já tem uma fatia de 0,75% de *market share*.

fornecedores já instalados, logística para distribuição dos carros e proximidade do mercado consumidor, o que acirra a disputa principalmente entre São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia.

O modelo que será fabricado no Brasil não está à venda no País, mas terá valor inferior a R\$ 40 mil. "Será uma família de carros com a mesma plataforma", afirmou. A JAC começou a atuar no Brasil em 18 de março, quando abriu 46 concessionárias.

ADIN de 2008

Será que sai esse parecer?

Procuradoria Geral da República diz que vai acelerar despacho da ação que está no órgão há três anos

ANTÔNIO PAULO
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

BRASÍLIA (SUCURSAL) - O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, comprometeu-se, ontem, a acelerar parecer sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 2399 contra a Lei de Informática. A ação de 2011, ajuizada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo então governador do Amazonas, Amazonino Mendes, está na PGR desde 2008. O ministro Marco Aurélio Mello é o relator da matéria na STF.

O compromisso de Gurgel foi manifestado à senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que se reuniu com o procurador-geral da República ontem à tarde no Senado. A parlamentar disse a ele que a Lei de Informática, motivo da Adin 2399/2001, vem causando sérios prejuízos ao Amazonas. Lembrou que por causa dela, as recentes Medidas Provisórias (MPs) 517 e 534 aumentaram as vantagens tributárias para quem produzir modem e tablets fora do Polo Industrial de Manaus (PIM).

Roberto Gurgel ouviu da senadora que a Adin em questão, apesar do tempo que está em tramitação, é um importante



Posicionamento da PGR sobre a Adin impetrada em 2008 terá influência decisiva no julgamento da ação no Supremo

instrumento do Estado para combater os "efeitos danosos da Lei de Informática" sobre a economia amazonense. "Os problemas começaram com a modificação da lei em 2001, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, que prejudicou a produção de computadores e celulares no Estado. Produtos como monitor de vídeo, no qual o PIM era responsável por 80% da produção

Busca rápida

* Nova Adin tem Peluso na relatoria

A Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo Amazonas, contra o governo paulista, recebeu o número 4.635. Já foi autuada e está sob a relatoria do ministro-presidente Cezar Peluso. No plan-

tão judicial no fim de semana, o relator não tomou nenhuma decisão sobre a ação amazonense. Com a volta do recesso judiciário, Peluso pode distribuir o processo a outro ministro do Supremo.

nacional, hoje não chega a 25% do mercado brasileiro", disse.

Segundo Vanessa, a participação dos produtos de informática, que em 2004 era de 22,52%, chegou a 2010 com apenas 9,71%, registrando a menor participação no período e a constatação da forte tendência de queda desse segmento na Zona Franca.

AÇÃO CONTRA SÃO PAULO

A senadora lembrou ao procurador geral da República que, na quinta-feira passada, o governador Omar Aziz entrou com outra Adin no Supremo, questionando o Decreto 57144/11, do Governo de São Paulo, que zerou o ICMS no Estado para produção de máquinas automáticas de processamento de dados, portáteis, sem teclado, que tem tenham unidade central de processamento de entrada e saída de dados por meio de uma tela sensível ao toque de área superior a 140 cm² (smart fone e tablets).

"A medida é uma afronta à decisão recente do próprio STF que derrubou diversas leis e decretos estaduais que concediam esses tipos de benefício, inclusive do próprio Estado de São Paulo. Essa guerra fiscal não interessa ao País", disse Vanessa Grazziotin da tribuna do Senado.

Braga tece críticas ao Governo

Em discurso que durou 28 minutos, o coordenador da bancada do Amazonas, no Congresso Nacional, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), cobrou da presidente Dilma Rousseff os compromissos assumidos com o Estado na campanha eleitoral. O senador também criticou o fato de o Governo Federal lançar, hoje, a nova política industrial brasileira, sem ouvir os representantes políticos e o empresariado do Polo Industrial de Manaus.

"É preocupante verificar que estamos diante de um momento histórico sem termos discutido essa política nacional de industrialização com as forças políticas e com os Estados brasileiros", discursou.

Agora, a MP 534 (dos tablets) está em tramitação neste Congresso, na Câmara dos Deputados; há mais de 60 dias, aproximando-se de seu vencimento e sequer tem relator na Câmara dos Deputados. Isso é muito preocupante". Braga fez apelo ao presidente da Casa, Marco Maia, que designe um relator; e à ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, que intervenha politicamente para acelerar a tramitação da MP.

Política Industrial

Proposta desagradada centrais

Sindicalistas criticam o fato de que alguns setores terão suas folhas de pagamento "enxugadas" sem prévia negociação

BRASÍLIA (AE) - Terminou ontem à noite a reunião entre Governo Federal e centrais sindicais para discutir a proposta de política industrial que será divulgada hoje. Segundo o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o "Paulinho da Força", "o Governo fez um discurso bonito, mas não apresentou nenhuma proposta concreta".

Paulinho afirmou que uma das sugestões apresentadas é a desoneração da folha de pagamentos - leia-se demissões - de um setor da indústria. De acordo com o deputado, não foi cita-

do o nome desse segmento. Ele acredita que deve ser o setor têxtil ou o de tecnologia e informação (TI), pois são intensivos no uso de mão de obra.

Outra medida que deve ser anunciada, segundo o sindicalista, é que o Governo só comprará produtos de fornecedores brasileiros. Nesse ponto, até o líder sindical admite que se trata de uma medida positiva.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique, afirmou que é um absurdo o Governo apresentar aos representantes dos trabalhadores a proposta de desone-

ração da folha sem que tenha ocorrido uma negociação prévia com as centrais sindicais.

Tamanho foi o desconforto que os sindicalistas presentes na reunião de ontem, realizada no Planalto, não participaram da divulgação do plano, que ocorre hoje, também no Palácio. Além da Força Sindical e da CUT, também estiveram presentes representantes da Nova Central e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Pelo Governo, participaram da reunião os ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel; da Fazenda, Guido Mantega; da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante; da Previdência, Garibaldi Alves; da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho; além do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho.

Em números

#

R\$ 45 bilhões

Será o volume de desoneração que o Governo Federal pretende promover entre 2012 e 2015. O valor, considerado "diminuto" por técnicos do Governo, equivale a um pouco mais da metade da arrecadação mensal da Receita Federal, que neste ano tem ficado na média em R\$ 70 bilhões.

Brasil e Argentina

Comércio bilateral bate recorde em julho

BUENOS AIRES (AE) - O comércio entre o Brasil e a Argentina atingiu níveis recordes em julho, com um volume de US\$ 3,566 bilhões, representando um aumento de 23,9% em comparação com igual mês de 2010. As importações brasileiras de produ-

tos argentinos somaram US\$ 1,525 bilhão, com um aumento de 21,9%. É o maior valor da série histórica, segundo a consultoria argentina Abeceb, com base em números da Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Apesar das barreiras comer-

ciais do país vizinho, as exportações brasileiras ao mercado argentino aumentaram 25,5%, atingindo US\$ 2,041 bilhões. "O resultado comercial da Argentina com o Brasil apresentou um déficit de US\$ 516 milhões em julho, o que implica um aumento de 37% em comparação com o mesmo mês do ano passado", diz a Abeceb. A balança comercial argentina com o Brasil acumula um déficit de US\$ 2,96 bi nos primeiros sete meses de 2011.

Tablets

>> Tablets

Dilma promete a Omar alterar MP para beneficiar Amazonas

Presidente informou ao governador que fará duas modificações na medida provisória 534 para garantir competitividade ao Estado.

Contexto

Zona Franca

O governador Omar Aziz conseguiu para amanhã à tarde audiência com a presidente Dilma Rousseff para falar dos problemas da Zona Franca de Manaus.

Êxito

Para acalmar o governador, Dilma antecipou que o governo federal vai fazer duas alterações na MP 534 para beneficiar o Estado. A primeira é a limitação do tamanho da tela dos tablets entre 140 e 600 centímetros quadrados. Ou seja, os benefícios dos tablets não se estendem aos celulares, nem à TVs.

Tributação

A segunda mudança é em relação aos impostos para garantir competitividade ao Amazonas. O anúncio será feito hoje, no lançamento da nova política industrial.

Câmeras digitais ganham reforço no polo industrial

Incentivo ocorrerá com o início da fabricação do bem nas unidades fabris da Pioneer e da Jabil, cujos investimentos totalizam US\$ 3,2 milhões

RICHARD RODRIGUES

Equipe do EM TEMPO

richard@emtempo.com.br

Ainda neste ano, a produção de câmeras fotográficas digitais vai ser intensificada no Polo Industrial de Manaus (PIM). A elevação se dará com o início da fabricação do bem nas unidades fabris da Pioneer e Jabil, cujos investimentos totalizam US\$ 3,2 milhões. Ao todo, serão gerados 474 novos postos de trabalho nos próximos três anos.

A primeira a começar a produzir as câmeras será a Pioneer, que vai investir na empreitada US\$ 2,6 milhões. A japonesa anunciou a criação de uma joint venture com a taiwanesa Ásia Optical para industrializar não apenas o eletroeletrônico, mas tam-

bém componentes a serem utilizados nos itens industrializados pela multinacional.

"Para essa produção, a Pioneer vai utilizar a tecnologia da Ásia Optical e a expectativa é que até setembro a fabricação das câmeras seja iniciada no PIM", destacou o consultor econômico da Phoenix Consultoria, empresa responsável pelo projeto, Ailson Rezende.

Ainda no que diz respeito à produção, segundo ele, deverão ser fabricadas no primeiro ano de atividade 255 mil câmeras fotográficas da marca Pioneer, quantidade que no segundo ano deve atingir 420 mil. Já no terceiro ano, a estimativa é de que saiam de suas linhas de montagem 690 mil máquinas.

Além das previsões relacionadas às câmeras, a Pioneer vai abrir 121 vagas no

PIM. "Já neste ano a empresa vai contratar 70

trabalhadores,

contratações previstas ainda para este

mês. Esses

funcionários

passarão por

treinamentos logo

em seguida, para

que em

setembro

comecem a trabalhar

nas linhas de

produção", disse o

consultor, ao

acrescentar

que os outros

51 postos serão

gerados até 2014.

Jabil na concorrência

Com o projeto aprovado pelo Conselho Administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), quinta-feira (28), a Jabil também vai reforçar a produção de câmeras fotográficas digitais no parque fabril local. A empresa vai investir no PIM US\$ 694 mil e a previsão é de que sejam oportunizados 353 empregos. Segundo a Suframa, até maio foram fabricadas nas indústrias locais 4.609.399 máquinas, quantidade 65,68% maior que a registrada no mesmo período do ano passado.

Aplausos



Para o governador Omar Aziz, que fez chegar a presidente Dilma Rousseff a indignação amazonense com a despreocupação do governo federal com as atitudes ilegais do Estado de São Paulo contra os benefícios consagrados da Zona Franca de Manaus. Hoje, quando for anunciado, o "pacote" da nova política industrial contemplará interesses do Amazonas.

Estaleiros em feira internacional

Amazonas terá estande com as principais companhias que fazem a construção náutica local 'rodar'. Principal destaque será projeto do Polo Naval

HENRIQUE SAUNIER
Especial para o EM TEMPO
henrique@emtempo.com.br

A partir de amanhã, sete empresas do setor naval do Amazonas participam da Naval Shore, feira internacional especializada do segmento. Pelo segundo ano, o Estado terá estande com as principais companhias

da construção náutica local. O principal destaque será o projeto do Polo Naval.

Segundo o presidente em exercício do Sindicato da Indústria da Construção Naval do Amazonas (SindNaval), Matheus Araújo, o objetivo do encontro é mostrar o potencial da construção naval do Amazonas para o resto do país. Para isso, a entidade vai montar um estande

de 38 metros quadrados com grande destaque para empresas e instituições parceiras.

"Ano passado participamos com um estande de apenas 6 metros quadrados e agora queremos dar mais visibilidade para o setor e para as empresas", ressaltou. Ele destacou que apenas três estaleiros das sete empresas participantes vão participar da rodada de negócios, mas

alimenta boas expectativas.

Segundo Araújo, na edição de 2010, nenhuma empresa amazonense participou da rodada com as demais companhias, mas, mesmo assim, três negócios foram fechados com estaleiros locais. "Na rodada, qualquer serviço que envolva o setor naval pode ser fechado, como o reparo de navios e a construção de portos".



Três estaleiros locais das sete empresas participantes estarão da rodada de negócios

Claro & Escuro

MP 534

Recuo federal

O governador Omar Aziz informou, ontem, que recebeu da presidente Dilma Rousseff a informação de que fará duas mudanças na MP 534. Uma para alterar a desoneração de PIS/Cofins e outra estabelecendo tamanhos mínimos e máximos para os tablets. Os aparelhos ficarão entre 140 cm² e 600 cm². O anúncio deve ser feito hoje pelo governo, no lançamento da nova política industrial do País

TABLETS

Apelos e apelos

Eduardo Braga (PMDB) decidiu 'mudar o tom' sobre as investidas contra a ZFM, segundo sua assessoria. Apelou a Dilma por mais atenção ao Amazonas, apelou à ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e apelou ao presidente da Câmara, Marco Maia, pela indicação do relator da MP 534.

16

bilhões de dólares foi o faturamento do Polo Industrial de Manaus (PIM) nos primeiros cinco meses de 2011, de acordo com a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB), em discurso no Senado, ontem.

202

candidatos foram desclassificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2010, da Semed, por não terem comparecido à secretaria para lotação no cargo.

823

concorrentes. É o que cada candidato inscrito para o cargo de Assistente Técnico Administrativo, no concurso da Assembleia Legislativa do Estado (ALE), vai encontrar para uma das 29 vagas.

Brasileiras estão exportando menos, indica estudo da CNI

TEXTO Agência Estado
FOTOS Sebastião Moreira/AE

SÃO PAULO

Praticamente metade das empresas exportadoras brasileiras perdeu participação no mercado externo no ano passado, de acordo com Sondagem Especial divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Segundo o estudo, 32% das indústrias que vendem para fora do País diminuíram a sua presença contra os concorrentes estrangeiros e 16% já deixaram de exportar.

Somente 9% das companhias conseguiram aumentar seus embarques em 2010. O estudo revela que este ano, 24% das empresas exportadoras estimam uma redução do peso das vendas ao exterior em seu faturamento bruto. No ano passado, a participação média dos embarques no faturamento das empresas exportadoras foi de 20%.

Para ganhar mercado lá fora, 68% das empresas estão adotando estratégias como a redução de custos.

As crises americana e europeia aumentam a necessidade de que a nova política industrial, que deve ser anunciada hoje pelo governo federal, seja realmente eficaz em proporcionar mais competitividade às empresas. A avaliação foi feita pelo gerente executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, para quem a primeira política industrial foi muito prejudicada pela crise

financeira de 2008.

O economista destacou que entre as questões que precisam ser atacadas pela nova política estão os custos de logística e mão de obra. "Grande parte das dificuldades enfrentadas pela indústria nacional está associada aos custos sistêmicos do País".

Desemprego

A importação de produtos está causando desemprego na indústria brasileira, de acordo com o deputado federal Paulo Pereira, o Paulinho (PDT-SP), presidente da Força Sindical.

TRANSAÇÕES

*Balança tem
superávit de
US\$ 3,13 bi*

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 3,135 bilhões em julho, resultado de exportações de US\$ 22,252 bilhões e importações de US\$ 19,117 bilhões.

O superávit ficou abaixo do piso do levantamento realizado pela Agência Estado com 15 instituições. Essa sondagem mostrou que as previsões eram de um superávit comercial de US\$ 3,300 bi a US\$ 4,100 bi. Com base na análise descritiva do intervalo coletado, a mediana calculada foi de US\$ 3,850 bi.

Segundo os dados divulgados ontem pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o saldo positivo na quinta semana de julho foi de apenas US\$ 1 milhão.

MAIS DADOS

Em 2011

Dados do Mdic revelam que a balança comercial tem um superávit de US\$ 16 bilhões no ano - alta de 74% sobre 2010.

